

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

Praia Grande, 01 de Dezembro de 2020

Ao
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL NA BAHIA
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 57/2020

CONTRA RAZÃO

A ITEC INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP pessoa jurídica de direito privado com sede, na Rua Carmem Molon Zaccaro, 398, Bal. Maracanã – Praia Grande – SP – CEP 11705.530, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.531.571/0001-02, por seu representante legal, comparece respeitosamente perante Vossa Senhoria de forma tempestiva, para apresentar contra razões de RECURSO ADMINISTRATIVO apresentado pela empresa WEB TECH TECNOLOGIA LTDA.

Prezados Senhores, o edital é de conhecimento de todos os licitantes. Logo é esperado "por todos"(inclusive pela administração), que os produtos ofertados atendam às características mínimas do descritivo técnico, sendo assim a ITEC INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP não fez diferente e tão pouco feriu a Lei e seus princípios Editalícios.

No processo licitatório em referência, nossa empresa ofertou produto que atende o que é exigido, a Empresa WEB TECH TECNOLOGIA LTDA com certeza teve um grande equívoco e falha na apresentação do Recurso Administrativo, pois pode ter passado despercebido a qualidade e clareza do produto através de sua catálogo.

Como se pode notar, A Empresa WEB TECH TECNOLOGIA LTDA, ficou em 4º lugar no processo, sendo claro que sua intenção é somente retardar o processo, as alegações apresentadas pelo recorrente são absolutamente descabidas e sem amparo legal, visto que, o Fabricante em questão é um dos Líderes no mercado Nacional em Fabricação de Estabilizadores e Nobreaks.

Todo equipamento é produzido de acordo com a Norma NBR 14373:2006, porém o que diverge o equipamento é somente o "selo" colocado no equipamento.

TEMOS COMO EXEMPLO O Processo em que participamos recentemente (Outubro/2020) com o TRE-SP, através do Pregão Eletrônico 93/2020 UASG 70018 onde as especificações são as mesmas, o processo foi Adjudicado logo após análise de 02 (duas) amostras que enviamos para Homologação.

Sem contar que o TRE-BA irá comprar um equipamento com valores muito superior ao nosso, em torno de 34% causando prejuízos ao cofres Públicos sem necessidade alguma, pois como pode ser visto o equipamento atende a demanda deste Egrégio Órgão da mesma forma que atendemos todo processo supracitado junto ao TRE-SP, após todo trânsito de análise e Homologação do produto.

2. DO DIREITO

De fato, estabelece o Art. 3º:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Ora, se levada às últimas interpretações Equivocada da Empresa WEB TECH TECNOLOGIA LTDA, ao informar o não atendimento da ITEC estará estabelecida a distinção entre as empresas que fornecessem equipamentos quem atendem 100% ao edital e com preços a mais vantajosos. Ferindo completamente a Lei e aos cofres públicos, trazendo um SUPER FATURAMENTO e AUMENTO a este ILUSTRE Órgão.

DA JURISPRUDÊNCIA

O Egrégio Tribunal de Contas da União, corroborando tudo quanto já dito acima já decidiu em questão análoga:

"Se é certo que não houve infringência ao princípio da isonomia..., não menos exato é o fato de que houve infringência ao princípio da finalidade, pelo qual deve o administrador público, em seus atos, atender ao fim previsto em lei, que, em última análise, é o atendimento do interesse público... No caso concreto, buscava-se proposta mais vantajosa para a Administração, objetivo este que pode não ter sido alcançado em virtude de uma desclassificação indevida, por excesso de zelo sem contudo substancial, de diversos licitantes.

Feitas essas breves considerações, cumpre-nos reforçar que a Administração Pública, nos termos da Constituição Federal (art.37, XXI), para contratações de suas obras, serviços, compras e alienações deve realizar um procedimento licitatório, a fim de assegurar a igualdade entre os participantes e o respeito à legalidade, já que, para ela só é possível fazer o que a lei permite, selecionando a proposta mais vantajosa, tendo em vista a satisfação do interesse público.

Assim, a licitação, como procedimento administrativo, deve obedecer aos ditames constitucionais, aos princípios gerais de direito e à lei, aqui citando particularmente a Lei Federal nº. 10.520/02, Decreto Estadual nº. 47.297/02 e Resolução CEGP-10/02, e subsidiariamente, no que couber, as disposições contidas na Lei Federal nº. 8.666/93, Lei Estadual nº. 6.544/89 e Decreto Estadual nº. 48.034/03 e alterações posteriores, que regulam a modalidade de licitação denominada Pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, seguindo todo um procedimento formal (art. 4º, parágrafo único, da Lei de Licitações), de estrita observância aos princípios básicos descritos no artigo 3º da mesma Lei, quais sejam: legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, entre outros que lhes são correlatos.

Em face de todo o exposto acima, concluímos ainda que, de fato há uma falta de preparo do recorrente no processo, pois atendemos ao solicitado.

DO PEDIDO

Sendo assim, pedimos mui respeitosamente o deferimento as nossas argumentações de acordo com o exposto acima.

Certos de vossas providências a respeito e compreensão, agradecemos desde já a atenção e ficamos no aguardo de vossa anuência.

Att, ITEC INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA EPP.

Fechar